

## A CRÍTICA LITERÁRIA E A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

CARDOSO, R. D.<sup>1</sup>

### RESUMO

A crítica literária brasileira e a literatura infantil surgiram no início do século XIX e enfrentaram muitos obstáculos. Os momentos mais difíceis foram registrados no entre séculos. A primeira lutava com a falta de material para pesquisa e para compor uma história da literatura brasileira. A segunda era limitada pela ligação que apresentava com a escola, o que lhe atribuía uma concepção utilitarista, tendo em vista o público receptor. Em vista dessas questões, este artigo tem como objetivo delinear um panorama crítico da literatura infantil no Brasil no entre séculos, levantando discussões sobre a importância desse primeiro momento como fundamento sólido para uma literatura infantil própria e próspera. O percurso proposto não se apresenta como novo, mas espera-se que o enfoque dado contribua para o estudo das condições de produção da literatura infantil no Brasil, destacando fatos que contribuíram para o amadurecimento do gênero em terras brasileiras.

**Palavras-Chave:** Crítica literária. Literatura Infantil. Produção Literária.

### A LITERARY CRITICISM AND BRAZILIAN'S LITERATURE CHILD

#### Abstract

The Brazilian literary criticism and children's literature emerged the early nineteenth century and faced many obstacles. The hardest times were recorded between the centuries. The first struggled with the lack of material for research and to write a history of Brazilian literature. The second was limited by the link that had with the school, which assigned him a utilitarian conception, considering the receiver public. In view of these issues, this paper aims to outline a critical overview of children's literature in Brazil between centuries, raising discussions about the importance of that first moment as a solid foundation for a prosperous and solid literature. The proposed route is not presented as new, but it is expected that the approach taken to contribute to the study of the conditions of production of children's literature in Brazil, highlighting facts that contributed to the maturing of the genre in this country.

**Keywords:** Literary Criticism. Children's Literature. Literary production

---

<sup>1</sup> Rosimeiri Darc Cardoso. Professora Doutora da Universidade Estadual do Paraná, Unespar, Câmpus de Apucarana, Apucarana-PR.

## INTRODUÇÃO

A crítica literária brasileira tem início no século XIX. Os primeiros críticos traçaram históricos da literatura do país, voltados para os gêneros: poesia, romance e teatro. Apresentaram ainda um panorama da cultura brasileira, expondo as dificuldades e também as principais publicações.

Aproximadamente na mesma época, surge a literatura infantil nacional. Mas seu verdadeiro nascimento acontecerá no século XX, mais precisamente, a partir de 1920, com Monteiro Lobato. O seu percurso, no período entre séculos, é marcado por inúmeras dificuldades, uma vez que dependia de um público leitor específico.

Nesse início, tanto a crítica como a literatura infantil no Brasil enfrentaram muitos obstáculos. A primeira lutava com a falta de material para pesquisa e para compor uma história da literatura brasileira. A segunda era limitada pela ligação que apresentava com a escola, o que lhe atribuía uma concepção utilitarista, tendo em vista o público receptor. Além disso, é pequena a produção e a circulação de livros para crianças no final do século XIX, muito embora a sua presença começa a ser registrada logo após a vinda da família real para o Brasil, em 1808.

O caminho percorrido no entre séculos revela que tanto a crítica como a literatura infantil vieram para ficar e se faziam importantes para a nossa constituição como país independente. Além disso, uma ligação mais próxima entre crítica e literatura infantil no Brasil era, no período citado, incipiente. Essas questões são plenamente justificáveis, tendo em vista a convergência de vários fatores sociais como determinantes para a construção da própria sociedade brasileira como consumidora dessas realizações.

Em vista dessas questões, este artigo tem como objetivo delinear um panorama crítico da literatura infantil no Brasil no entre séculos, levantando discussões sobre a importância desse primeiro momento como fundamento sólido para uma literatura infantil própria e próspera.

Na verdade, o percurso proposto não se apresenta como novo, mas espera-se que o enfoque dado contribua para o estudo das condições de produção da literatura infantil no Brasil, destacando fatos que contribuíram para o amadurecimento do gênero em terras brasileiras.

## **A CRÍTICA NACIONAL: BREVE PANORAMA**

A crítica literária no Brasil se estabelece a partir do Romantismo, sob a influência de Ferdinand Denis, com base nos estudos mesogênicos. Em sua formação, a crítica teve como preocupação refletir sobre a existência de uma literatura nacional, fato que possibilitou a construção de uma História da literatura brasileira.

Havia, nos primeiros críticos, a preocupação em ancorar as bases da crítica na história. Esse traço é considerado como natural, uma vez que a formação cultural do país inspirava-se nos modelos europeus e a adaptação desses modelos exigia a tradução de temas e técnicas, mas cobrava também um sentido histórico de identificação da nacionalidade.

Buscando, então, justificar a existência de uma literatura nacional, foram construídas as primeiras histórias da literatura brasileira. Essas histórias foram formadas a partir da coleta de um corpus capaz de confirmar a presença de uma literatura brasileira, e com tal corpus traçava-se um panorama geral e organizavam-se antologias dos textos disponíveis.

Após os primeiros passos, os críticos românticos passaram a concentrar-se nos autores, construindo biografias. Além disso, houve a preocupação na reedição de textos já coletados, agora seguidos de notas biográficas e explicativas. Só então foi possível pensar em construir uma história da literatura brasileira, mas essa tarefa ficou a cargo dos críticos do realismo-naturalismo, fundamentados ainda em um conceito de crítica que se vincula à interpretação, como bem o define João Alexandre Barbosa: “Crítico é interpretar os produtos culturais em função de uma idéia (sic) geral do país que, por sua vez, está firmada na necessidade de conferir características peculiarmente nacionais àqueles produtos”. (BARBOSA, 1990, p. 63).

O caráter histórico desse conceito de crítica encontra respaldo na defesa dos regionalismos e dos indianistas, encarados pelos críticos românticos como presença ou marca de nacionalidade. Por sua vez, a crítica naturalista vai buscar justificativas nos esquemas evolucionistas e positivistas que servem à noção de progresso vigente.

A vinculação entre crítica e história gera um distanciamento do estudo do texto literário, deixando de lado qualquer análise mais apurada da organização verbal das obras literárias, vez que fixa sua atenção em “anotar, por um lado, a

adequação, por assim dizer, temática e, por outro, a correção com que o material verbal foi utilizado para sua expressão”. (BARBOSA, 1990, p. 64).

Nota-se que há entre a crítica romântica e a naturalista uma continuidade, embora esta pretendesse constituir-se em oposição àquela. Verifica-se, portanto, na crítica naturalista “a afirmação e defesa da crítica como interpretação articulada ao sentido mais geral de uma leitura da história de que se faz dependente e a que alimenta”. (BARBOSA, 1990, p. 64).

A crítica de cunho interpretativo começa a sofrer, em fins do século XIX e início do século XX, alguns impasses por influência das manifestações impressionistas que apontavam para uma recuperação da tradição retórica. Assim, desafiavam-se as posturas positivistas da crítica naturalista levando-se a refletir sobre as relações entre estética e ideologia e, por consequência, a vinculação existente entre literatura e história.

Os críticos buscaram superar esse impasse e começaram a desconfiar do modelo interpretativo dominante e passaram a realizar os trabalhos valorizando a análise como componente essencial da atividade crítica. Foi importante a superação da distância estabelecida entre as observações de ordem filológica e a história literária, porque demonstra que houve uma preocupação em harmonizar os elementos de interpretação e análise.

A partir de então, verifica-se uma ruptura na evolução da crítica nacional, a saber, o abandono do eixo interpretativo e a adoção do eixo analítico, como forma de acompanhar a própria exigência da criação literária do momento.

A crítica brasileira vai alcançar destaque nos anos 50/60, com o trabalho de dois grandes críticos: Antonio Candido e Afrânio Coutinho, cujas obras, *Formação da Literatura Brasileira* e *A Literatura no Brasil*, respectivamente, são consideradas marcos da historiografia literária e cultural brasileira.

Uma observação atenta do percurso da crítica brasileira mostra que desde seu início, mesmo quando se realizava apenas um trabalho de levantamento de obras e autores, procurava-se estabelecer um cânone literário. O que vai estar em jogo é saber a qual ideologia nacionalista se filia determinado crítico, isto é, que valores nortearão a escolha e qual a importância dada a determinados autores na história da literatura.

## **A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA**

A grande problemática da literatura infantil reside no atributo que a acompanha, em função de ter como destinatário o público infantil. Coutinho afirma que a literatura infantil apresenta um grande embaraço: “saber se inclui apenas o livro escrito para crianças ou, com mais justeza, se compreende também o que lê a criança, embora originariamente não lhe fosse dirigida nem se tornasse nunca sua exclusividade”. (COUTINHO, 1986, p. 200).

Segundo Cadermatori (1986), quando se fala em literatura infantil entende-se que é um texto escrito para a criança e lido pela criança. O adjetivo que determina o substantivo designa que sua linguagem, seus temas e pontos de vista objetivam um público específico. Entende-se, portanto, que existe uma sobreposição do atributo ao nome, já que a importância é dada ao fato de destinar-se a crianças e jovens, relegando a um segundo plano o fato de ser literatura.

Diante disso, decorrem outras dificuldades: a ligação da literatura infantil com a escola, lugar de mediação da produção e circulação dessas obras, e a concepção utilitarista dada ao texto literário para crianças. As explicações para essa vinculação podem ser encontradas na origem da literatura infantil, como bem explica Coutinho (1986, p. 205): “A literatura infantil é produto do século XIX, nascida de preocupações educacionais, quando se compreendeu a necessidade de despertar nas crianças o gosto pela leitura e de lhes facilitar conhecimentos gerais, tudo dentro de uma expressão de arte”.

Sobre o assunto, Zilberman (1982, p. 86) afirma que a literatura infantil “assume traços educacionais, fazendo-se útil à formação da criança e capturando-a efetivamente ao transformar o gosto pela leitura numa disposição para o consumo e para a aquisição de normas”. A autora destaca também que a importância da literatura infantil está na sua duplicidade: sob a ótica do adulto, ela assume caráter pedagógico; sob o ponto de vista da criança, transforma-se num meio de acesso ao real.

Yunes e Pondé (1988) salientam que o texto literário para crianças alcança, na década de 20, um momento de renovação, fugindo de seu caráter pedagógico vinculado em sua origem ao surgimento da burguesia e ao crescimento do hábito de leitura. Por causa dessa ligação, estabelecer uma separação entre literatura escolar e literatura para crianças constitui-se uma tarefa difícil, pois, de maneira geral, existe

uma atitude social que concebe a literatura para crianças como instrumento de formação. Perrotti (1986, p. 59) afirma:

A concepção de literatura infantil que vigoraria no Brasil seria, portanto, a concepção utilitarista já em vigor na Europa, mas ampliada pela contaminação criada pela “condição colonial”. Em outras palavras, como faltasse no Brasil material de literatura para crianças, a “literatura escolar” funcionou enquanto modelo do que seria essa literatura.

A afirmação de Perrotti (1986) revela que no Brasil, em face da herança colonial, havia um atraso que precisava ser vencido e esse desejo de superação tornava favorável a ligação, quase que indissolúvel, entre literatura para crianças e pedagogia. Através de uma valorização da escola e da literatura infantil, a sociedade buscava consolidar uma mudança em busca da modernização. As transformações alcançadas possibilitaram o surgimento de um virtual público consumidor, resultado também de um projeto mais amplo de alfabetização realizado e liderado por intelectuais, políticos e educadores.

Essas mudanças também podem ser observadas pelas obras que circulavam no país, no período em estudo. Eram obras editadas, principalmente em Portugal, traduções ou adaptações de contos clássicos correntes na Europa. Isso mostra que a produção de uma literatura infantil nacional era incipiente, não acompanhava o que acontecia na literatura par adultos, dirigida pelos princípios do Romantismo. O abasileiramento das obras para crianças estava restrito a uma adaptação da linguagem.

Nesse momento, também há de se destacar que os autores responsáveis pelas publicações estavam muito próximos do ambiente escolar, eram pedagogos, professores, jornalistas renomados. Grande parte das obras era destinada a livros de leitura das séries iniciais, daí seu caráter utilitarista, servindo ao propósito de cultivar valores cívicos e morais.

Havia, portanto, interesses mútuos. De um lado, a escola e seus leitores mirins; de outro, o Governo e seus projetos de modernização e incentivo à leitura. Sobre o assunto, Lajolo e Zilberman (1986, p. 62) afirmam: “Com isso, o regime ofereceu aos escritores para crianças temas e posicionamentos que asseguravam suas incursões na rede escolar que, ampliada, retribuiu com um contingente maior de leitores”.

Nos primeiros anos do século XX, a literatura infantil ainda caminha marcada pelo transplante de temas e textos europeus adaptados à linguagem brasileira. Logo depois, na década de 20, acontece uma renovação, atendendo aos apelos da necessidade de livros brasileiros para crianças brasileiras. Diante disso, a temática do nacional foi amplamente adotada. Perrotti (1986, p. 60) destaca:

A brasilidade é atitude que os autores pretendem impor ao espírito do pequeno leitor que no futuro deverá zelar pela Pátria. E o próprio Lobato é atingido por essa preocupação, ainda que sua obra consiga superar, nos textos propriamente literários, o didatismo pragmático presente em seus antecessores.

Pode-se entender que também em Lobato é possível encontrar marcas de um projeto de brasilidade, mas, por outro lado, salta aos olhos, em suas obras, aquele componente lúdico que eleva a literatura e subjuga a pedagogia. O trabalho de Lobato com os livros para crianças e jovens impulsionou a literatura infantil brasileira, agregou autores consagrados da literatura não-infantil e promoveu intensamente a leitura, numa tentativa pioneira de desvincular a literatura dessa concepção utilitarista, conferindo ao texto literário para crianças uma valorização estética.

Um olhar sobre a história da literatura infantil no Brasil mostra que Lobato foi realmente um divisor de águas. Antes dele, a literatura infantil era marcada por uma necessidade de formar, de educar, que conferia à obra um caráter pedagógico que era posto acima de qualquer qualidade estética. Desde a matéria a ser narrada até a linguagem utilizada, tinha-se em vista um artifício para ensinar.

Essa relação advém do público que a literatura infantil se destina – o leitor imaturo em fase de aprendizado, razão suficiente para fazer dessa literatura um agente de transmissão de valores às novas gerações. A mudança dessa concepção teve início, primeiramente, com a preocupação de alguns autores com a distância entre o português falado no Brasil e o que era veiculado nos livros editados em Portugal, levando-os a “retraduções”, pois os valores estavam presentes no código linguístico, o que exigia uma mudança para garantir a compreensão do que se queria veicular. Com Lobato, essa tentativa assumiu feição de mudança mais profunda, de acordo com a afirmação de Coelho (2000, p. 149):

No novo panorama cultural daquele início de século, o livro de Lobato vinha abrir um novo caminho literário. Superava os esquemas

tradicionais e, 'sem revolução', isto é, sem tentar derrubar os velhos valores e preconceitos, por meio de "escândalo" público, acabou por abalá-los por meio do riso, do ludismo, da inteligência construtiva. Através dos anos e de dezenas de novos títulos, Lobato foi conscientemente aprofundando suas invenções do 'novo' e tornando suas estórias cada vez mais modernas, mais "sintonizadas" com o novo mundo que o progresso trazia par o século XX.

Instaurava-se, assim, um novo limiar para a literatura infantil brasileira, apesar de que sua força manteve-se entre as décadas de 20 e 30, caindo, nas duas décadas seguintes, numa fase menos dinâmica, ainda que utilizassem técnicas novas de escrita, nada mais faziam que reforçar os valores conservadores. Sobre a literatura do período Coelho (2000, p. 128-129) destaca:

Nessa produção inicial, voltados para o cotidiano (e sem se limitarem a um realismo estreito e meramente documental, como havia acontecido no passado), esses escritores fincam os pés na realidade do dia-a-dia (ou da história a ser resgatada) e se entregam aos desafios da fantasia, da imaginação, do sonho e dos altos ideais, valorizando acima de tudo o 'viver' como uma grande aventura, que se repete através do tempo.

Nas décadas de 50 e 60, com a expansão do mercado audiovisual, prevê-se o fim do limiar, com a sua substituição por gravações e videoteipes. Todas essas etapas de transformações sociais permitiram que a literatura infantil, nas décadas de 70 e 80, se tornasse novamente fecunda, apresentando uma fusão de linguagens, ritmos e perspectivas que confirmaram a importância de se estabelecer uma relação de prazer, de descoberta e de conhecimento entre a criança e as coisas e seres que a rodeiam. Desta forma, a dicotomia realidade/imaginação torna-se o ponto de convergência para diversas posturas. Para Coelho (2000, p. 132):

Essas diferentes posturas podem ser detectadas em linhas narrativas como a do 'realismo cotidiano' (registrado de modo crítico, lúdico ou documental) e a do 'realismo mágico' (no qual a realidade concreta e o imaginário se misturam). Em diferentes estilos, formas ou linguagens (principalmente a da 'imagem', a visual), a invenção literária nos anos 70-80 oferece ao pequeno leitor histórias vivas e bem-humoradas que buscam diverti-las e ao mesmo tempo torná-las consciente de si mesmas e do mundo com que devem entrar em relação dinâmica e afetiva.

Assim, respeitando as mudanças sociais, políticas e econômicas, a literatura infantil foi também se transformando, contudo, o seu caráter de literatura destinada a



um público em especial acabou confirmando a escola como espaço privilegiado para divulgação e circulação desse objeto.

Lajolo e Zilberman (1991) afirmam que o alinhamento da literatura infantil e juvenil ao mercado ocorreu entre os anos 60 e 70, quando se investiu mais na produção cultural, abrindo frente a dois tipos de mercado.

No primeiro caso, a cristalização e ampliação de um mercado rendoso e pouco exigente, sensível a expedientes de divulgação que exploram a dependência entre a literatura infantil e a escola, favorecem a repetição de velhas fórmulas e exige do escritor uma periodicidade de lançamentos que talvez seja incompatível com a criação artística, nos moldes em que ela é concebida na literatura não-infantil. Em conseqüência (sic), surgem os livros em série, a insistência em velhos enredos tomados à tradição fantástica, ao folclore e à novela de aventuras. São os recursos de que escritores e editores lançam mão para preencher a cota de livros que o mercado infantil é capaz de absorver.

Enquanto renovação, a literatura infantil dos anos 60 e 70 assumiu traços que a aproximam tanto de uma certa produção literária não-infantil contemporânea, quanto a fazem recuperar o atraso, incorporando conquistas já presentes na literatura não-infantil desde o Modernismo de 22. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 160).

São muitas as formas que o texto de literatura infantil busca para romper as limitações impostas pelo percurso escolar e o compromisso pedagógico, como a adesão à temática urbana para denúncia da crise social brasileira, a adesão a gêneros como história policial, ficção científica e incorporação do universo fantástico, a forte presença da poesia literária, lúdica e especulativa. Mesmo com novos campos em franca consolidação, a literatura infantil, e também a juvenil, ainda esbarra em um antigo problema: “(...) sua circulação continua dependente da instituição escolar e, com mais nitidez do que em outros gêneros, os livros infantis constituem um produto em torno do qual giram sólidos capitais”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 162).

Como se observa, nem com toda a modernização iniciada por Lobato, a literatura infantil desvinculou-se do contexto escolar. Antes, a cada inovação, ou reforma do sistema de ensino fica evidente a necessidade de formação do leitor e a via de acesso à leitura ainda é a escola.

Muitos dos leitores de Lobato aprenderam com seus livros e tornaram-se escritores de literatura infantil, apaixonados pelo universo da criança, onde a divisão entre ficção e realidade é muito tênue. Foi com essa geração de autores,

denominados de “Filhos de Lobato”, que a literatura alcançou grande expressão, atingindo o interesse do meio acadêmico, o que proporcionou maior reflexão sobre os aspectos ligados a ela.

## **ASPECTOS CRÍTICOS DA LITERATURA INFANTIL**

Para se falar de crítica da literatura infantil, faz-se necessário compreender, primeiramente, qual era a situação nacional em relação à produção literária, em termos gerais, nas décadas finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Para isso, tomou-se como referência José Veríssimo (1977), crítico atuante na época em estudo, cujos ensaios discutem essas questões.

Para o referido autor, nesse período, é lamentável a pequena produção literária nacional e aponta como razão dessa situação a política e o financialismo do momento, pois, no Brasil, a literatura e a política não ocupavam o mesmo cenário. Exceção feita à primeira fase do romantismo, considerada como a mais rica e gloriosa da nossa literatura, embora o ideário romântico tenha sido movido por ideias e sentimentos políticos.

A produção literária do último período do império havia sido escassa e Veríssimo (1977) julga que os problemas políticos, no caso o movimento abolicionista e a propaganda republicana, foram culpados por isso. Com o advento da república, criou-se uma nova preocupação – a do industrialismo – gerando um desenfreado jogo de bolsa, no intuito de enriquecer e ostentar. A literatura não poderia encontrar nessas ocupações inspiração para destacar-se.

Em fins do século XIX, tanto o teatro como a poesia não encontraram representantes equivalentes aos primeiros românticos – Gonçalves Dias, Macedo, Alencar, Martins Pena, Magalhães. O gênero que predominava na literatura brasileira era o romance, por ser aquele que melhor se prestava à realidade de uma determinada intenção. Apesar de sua força, a produção de romances diminuiu nos últimos anos. Outra atividade literária, a crítica e os estudos literários encontraram em Silvio Romero e Araripe Júnior vitalidade, fora disso, a atividade reduziu-se a notícias de jornais com o intuito de bajulação.

A preocupação de Veríssimo (1977) assenta-se na tentativa de explicar porque razão houve a diminuição da produção literária nacional quando era de se esperar que ela aumentasse. Uma das razões apontadas é a falta de espírito

nacional, dando preferência aos estrangeiros. Esse fato pode encontrar justificativa na qualidade, não muito boa da nossa produção. E a falta de qualidade não está relacionada à falta de talento, mas de estudo e de trabalho. O crítico enfatiza a deficiência dos estudos escolares e acadêmicos, da preparação científica e literária, que acaba levando os escritores a meros imitadores de modelos já consagrados. Além da carência de instrução, destaca-se o fato de que o escritor é apenas um amador, isto é, a literatura é um passatempo, ele tem uma profissão para seu sustento.

Se o cenário de fim de século era desanimador, o início do século seguinte trouxe, aliado ao projeto de modernização da sociedade brasileira, um conjunto de posturas que foram determinantes para a consolidação de uma verdadeira literatura nacional. Ocorre que a modernização atinge não só o processo político, econômico e social, mas também o artístico, como por exemplo, na difusão das vanguardas e na Semana de Arte Moderna. A partir de então, detecta-se uma mesclagem de técnicas renovadoras e posturas românticas, numa tentativa de conciliação entre o tradicional e o novo.

Para a literatura infantil, os dois momentos foram importantes. No primeiro, a ênfase é dada à necessidade de nacionalização do acervo literário europeu para crianças, do qual Figueiredo Pimentel é representante, merecendo destaque pelo pioneirismo do trabalho editorial realizado. No segundo, o destaque é dado a Monteiro Lobato que inovou o texto literário para crianças e atuou fortemente para a expansão do mercado editorial brasileiro.

Retomando as afirmações de Veríssimo (1977), havia uma deficiência de estudos escolares e acadêmicos e, por decorrência, uma falta de material apropriado às crianças. Essa é a primeira observação da crítica em relação aos textos infantis, em que pese a observação de não distinção entre literatura escolar e literatura para crianças.

Um dos principais aspectos a se considerar em relação à crítica da literatura infantil está na ausência de uma crítica autônoma, face à valorização das qualidades educativas do texto para crianças, que permaneceu até as primeiras décadas do século XX, em conformidade com o modelo de educação vigente. A participação de críticos de renome, como José Veríssimo e Sílvio Romero, destaca-se em panoramas culturais nos quais apresentam as condições de produção e de circulação do livro no país, além de buscarem a construção de um cânone literário

nacional. Mesmo escassas, as pontuações dos críticos revelam a deficiência na linguagem e má qualidade dos livros adotados pelas escolas, mediadora dessa produção literária.

Em relação à linguagem utilizada nos textos para crianças, pode-se entender que havia uma preocupação com o que os pequenos liam em virtude de uma concepção utilitarista da literatura infantil. Como boa parte dos livros eram traduções editadas em Portugal, trazia uma realidade linguística distante da falada pelos leitores mirins. Quando não se tratava de traduções e adaptações, os livros eram produzidos por escritores que tinham em vista o público escolar, mas cujas obras não deveriam estar enquadradas como livros didáticos, como é o caso de Olavo Bilac, Francisca Júlia e Manuel Bonfim.

Nota-se, na produção desses autores, “a preocupação com a correção de estilo e a natureza modelar conferida à linguagem e ao nacionalismo incorporados nas falas e atitudes das personagens ficcionais” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1986, p. 250). Assim, há o falseamento dessa produção, e a evidente apropriação de um projeto educativo e ideológico que via no texto infantil e na escola aliados imprescindíveis para a formação de cidadãos.

Além da distância em relação à linguagem, havia ainda uma distorção em relação ao nacionalismo apregoado por esses textos. A visão adotada era ufanista, contraditória, inclusive, com as posturas presentes na literatura não-infantil da mesma época. A postura utópica romântica continuava presente no texto infantil, quer pela valorização da paisagem nacional, quer na ligação cultural, econômica e ideológica entre o país e a agricultura.

O panorama crítico da literatura infantil vai se alterar a partir do aumento de produção da literatura nas primeiras décadas do século XX, principalmente com Lobato, que também escreveu, antes deste período, ensaio jornalístico sobre a leitura. A maior parte das considerações de Lobato em relação à literatura infantil e à leitura no Brasil, encontra-se em sua correspondência a Godofredo Rangel. Sobre elas, Lajolo e Zilberman (1956, p. 251) destacam:

Embora assistemáticas, as observações de Lobato são relevantes na medida em que contraria a tendência geral a confinar o livro à escola e atribuir-lhe um conteúdo pedagógico e informativo. Em “Os livros fundamentais” (...), ele critica o modelo de leitura a que as crianças eram submetidas, advogando em seu lugar, uma literatura

folhetinesca, em que predominassem a aventura e as personagens sentimentais.

Outro nome presente na crítica da literatura infantil do período é Alceu Amoroso Lima, que também verificou a má qualidade dos livros e condenou o intuito pedagógico e a linguagem empregada. Mas, como bem aponta Veríssimo, a precariedade do texto literário infantil está ligada à deficiência na instrução e na formação do escritor que se limita a repetir modelos consagrados.

Entende-se que o que fez a literatura infantil padecer, tanto na criação de textos como na produção de uma crítica autônoma, é reflexo da ligação estabelecida entre literatura para crianças e projeto pedagógico, que limitou a sua abrangência. Circunscrita no campo educacional, o estudo crítico da literatura infantil foi tomado por pedagogos e não por críticos literários, o que acabou dificultando a elaboração de uma teoria da literatura infantil de modo consistente.

Com a progressiva publicação das obras para crianças e a utilização das inovações presentes na literatura não-infantil, a literatura para crianças encontra-se diante de dois caminhos: continuar ligada ao intuito pedagógico estimulado agora pela propagação da instituição escolar ou adequar-se aos interesses dos leitores, promovendo a expansão da criatividade literária.

As modificações ocorridas no sistema educacional na década de 30 contribuíram para que a literatura infantil chegasse, depois de implantada a nova estrutura escolar brasileira (por volta de 1946), a um *status* acadêmico, convertendo-se em matéria de estudo sistemático nas escolas normais, pois os cursos universitários eram raros no país.

Diante disso, Lajolo e Zilberman (1986, p. 253) afirmam: “ficavam para trás os tempos em que cabia prover com textos adequados a infância e a juventude nacionais, segundo as necessidades de uma sociedade que se modernizava de forma rápida”. Nas décadas seguintes, com o aparecimento de novos autores e a revitalização de sucessos das fases anteriores, a literatura infantil experimenta seu maior surto editorial.

Entretanto, a escola ainda se mantém como mediadora entre a produção e a recepção dessas obras. Por outro lado, essa ligação acabou beneficiando a literatura infantil na medida em que as mudanças no sistema de ensino atingiam agora as instituições de ensino superior, possibilitando o contato com novas

vertentes do pensamento contemporâneo. Desses contatos, delineia-se a perspectiva de formulação de uma teoria da literatura infantil brasileira. Para Lajolo e Zilberman, é nesse contexto que a literatura infantil pode encontrar sua emancipação:

[...] é por se tornar alvo de uma reflexão acadêmica, perpassada pelos instrumentos propiciados pela teoria, e objeto de uma visão desmistificadora, que a literatura infantil pode almejar libertar-se, de um lado, de sua histórica dependência da pedagogia, que faz dela veículo da ação docente e não objeto artístico; e, de outro, de uma crítica benévola, que, evitando a análise de textos em relação às suas virtudes literárias, para aceitá-los em razão de seus possíveis efeitos formativos, impede a separação entre o bom e o mau produto (LAJOLO; ZILBERMAN, 1986, p. 257).

Verifica-se, então, que os estudos desenvolvidos em relação à produção literária para a infância possibilitou também um novo olhar para a crítica deste texto, característica que denota amadurecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crítica literária e a literatura infantil brasileira guardam semelhanças com relação ao seu primeiro momento e também ao atingirem uma condição de amadurecimento. As duas tiveram suas primeiras manifestações, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Como foi apresentado no artigo, essas manifestações estavam ligadas a um projeto ideológico nacionalista.

Havia, portanto, uma necessidade de convergir todas as atividades para a afirmação do país, que lutava por um regime político (a república) como forma de confirmar sua autonomia. Dentro desse projeto maior, a literatura e demais atividades intelectuais reforçavam esse ideal. As dificuldades encontradas pelos dois campos em estudo - e já apontadas no corpo do artigo – demonstram o intrincado complexo de relações estabelecidas entre crítica, literatura infantil e estrutura social vigente.

Já no século XX, diante de um projeto de modernização da nação, imposto em todas as esferas, observa-se também o avanço dessas produções. Entretanto, não há uma crítica da literatura infantil fecunda e essa tarefa fica a cargo dos pedagogos, em função da ligação, de velha data, entre literatura infantil e escola.

O segundo momento enfocado, de confirmação dessas atividades, apresenta-se com maior liberdade de atuação, tanto para críticos como para

escritores de literatura infantil, em vista da presença de uma estética que valoriza a criatividade, importante elemento para o desenvolvimento desses campos.

Para a crítica, a necessidade de romper com a tradição interpretativa e a adoção da análise dos textos acompanhou uma produção literária que exigia essa mudança. No mesmo período, a literatura infantil adotou as inovações estéticas vigentes, mas permaneceu atrelada a sua circulação ao ambiente escolar.

Entende-se que houve uma precariedade crítica em relação à literatura infantil, muito embora os críticos, desde o primeiro momento, já tivessem percebido os seus principais problemas: o desencontro da linguagem escrita nos livros e a falada pelos pequenos e também a adoção do projeto nacionalista nas obras para crianças.

Importante destacar que para a emancipação da literatura infantil a contribuição de Monteiro Lobato foi fundamental, sendo sempre citado entre os críticos como um divisor de águas, promovendo uma literatura para crianças condizente com a visão da criança. Além disso, foi importante referência para os escritores das gerações seguintes.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Alexandre. Forma e história na crítica brasileira de 1870-1950 In: **A leitura do intervalo**. São Paulo: Iluminuras/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. p. 63.

CADERMATORI, Lígia. **O que é literatura infantil?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, Nelly Novais. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Petrópolis, 2000. (Nova Consciência).

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986. v.6.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos**. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. **Literatura infantil brasileira: História e Histórias**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1991.

PERROTTI, Edmir. **O texto sedutor da literatura infantil**. São Paulo: Ícone, 1986.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira: 2ª série**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

YUNES, Eliana; PONDE, Glória. **Leitura e leituras da literatura infantil**. São Paulo: FTD, 1988.

ZILBERMAN, Regina (Org.) **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1982.